

Presidente do STF derruba liminar de teles sobre Condecine

Quarta-feira 9 de março de 2016

Economia

04/000 23

Expectativa de novas delações faz dólar recuar para R\$ 3,74

Bolsa tem queda de 0,29%, com petróleo e Operação Lava-Jato

BRUNO SETHI
bruno.sethi@globo.com.br

A tensão no cenário político interno com a possibilidade de novas delações na Operação Lava-Jato e a volatilização do preço internacional do petróleo levaram a uma queda de 0,29% na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que acabou encerrando em queda de 20,96 pontos, a R\$ 12.748,66, mesmo com o índice de dólar recuando para R\$ 3,74, o maior recuo em mais de um ano. O movimento global na América Latina também foi negativo, com o Ibovespa de São Paulo caindo 0,29% para 12.748,66 pontos. A volatilização do real deve-se a questões políticas, segundo analistas do mercado financeiro.



Projeção: Faturamento de corretores em São Paulo: redução da economia japonesa faz dólar cair 0,03%

— Entretanto, ainda não há movimento provocado por fatores internos, do cenário político. Mas, uma vez, trata-se de uma perspectiva dos rumos sobre novas delações na Lava-Jato, provavelmente uma conjuntura entre Odebrecht e presidente Dilma Rousseff está mais provável — disse Fábio Ribeiro, analista de câmbio do H. Commerz.

USO DE RECURSOS HUMANOS
Nacionalidade do candidato a Banco Central (BC) é um dos critérios para a escolha do titular da instituição financeira. Serão dois brasileiros, sendo um brasileiro e um estrangeiro. O Brasil tem o direito de nomear o titular do Banco Central, mas a escolha do titular é feita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com direito a veto do Presidente da República em caso de rejeição. O Brasil tem o direito de nomear o titular do Banco Central, mas a escolha do titular é feita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com direito a veto do Presidente da República em caso de rejeição.

Publicidade digital chega a R\$ 9,3 bi no Brasil em 2015

Montante representa alta de 12% em relação ao anterior, diz IAB. Jogos devem influenciar pouco

ANA PENA BERNARDINI
ana.pena@iab.com.br

O investimento também não contempla dados das mídias sociais, mas o crescimento foi de 12% em relação ao anterior, diz IAB. Jogos devem influenciar pouco. O investimento em publicidade digital no Brasil chegou a R\$ 9,3 bilhões em 2015, um aumento de 12% em comparação com o ano anterior. O IAB, Instituto Brasileiro de Anúncios Digitais, levantou o levantamento feito pelo instituto de publicidade. O levantamento foi feito em parceria com a Condecine. Apesar do crescimento, o investimento em publicidade digital no Brasil não representa mais de 1% do total do investimento em publicidade. O IAB espera que o investimento em publicidade digital continue a crescer, mas que o crescimento seja mais lento nos próximos meses.

Vitrine CLASSIFICADOS DO RNO
Vejas estes e outras ofertas na Classificados de Carro etc.
Mercedes Benz A 200 R\$ 50mil
Novo HR-V R\$ 45mil
AB Midara R\$ 35mil
Nissan Sentra R\$ 30mil
Honda HR-V R\$ 40mil
BMW 320i 2016 R\$ 60mil
Nissan R\$ 35mil
Hyundai SR Cabine Dupla R\$ 149.900,00
Inter Japan R\$ 89.990,00
Rango Rover Sport R\$ 120mil
Inter R\$ 89.990,00
A1 Sportbook Attraction 1.4T 2015/2016 R\$ 59.990,00
Audi Center Rio de Janeiro R\$ 99.990,00
Onix LT 1.4 R72 - 2016 R\$ 56.490,00
A3 Sedan Attraction 1.4T Flex - 15/16 R\$ 96.990,00
Audi Center R\$ 96.990,00

CAI MEDIDA PROVISÓRIA DE JURIS SOBRE CAPITAL

ANÁLISES realizadas pela agência Bloomberg apontaram redução de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Japão no mês de fevereiro, em uma estimativa. O PIB do Japão caiu 1,5% em fevereiro, segundo o relatório divulgado pelo Banco Mundial. O PIB do Japão caiu 1,5% em fevereiro, segundo o relatório divulgado pelo Banco Mundial.

Presidente do STF derruba liminar de teles sobre Condecine

Empresas questionam pagamento de contribuição para fomento do setor audiovisual

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, derrubou no mês de ontem a liminar do Sindicato Nacional das Empresas de Televisão e Rádio (Sinetel) contra a Agência Nacional do Cinema (Ancine). A decisão foi dada em um julgamento que ocorreu no dia 8 de março. A decisão derrubou a liminar que obrigava as empresas de televisão e rádio a contribuir com o fomento do setor audiovisual.

fomento do setor **Audiovisual**.

A **Agência Nacional do Cinema (Ancine)** havia pedido a suspensão da liminar na 4ª Vara Federal de Brasília. A **Ancine** é responsável pelo Fundo Setorial **Audiovisual (FSA)**, para o qual são repassados os recursos obtidos com a contribuição.

A liminar do SindiTeleBrasil, que representa, entre outras, as operadoras Claro, Oi, Telefônica/ Vivo e TIM, foi obtida com o argumento de que as teles não fazem parte da cadeia produtiva do **Audiovisual**. O tributo é cobrado desde 2012 e, no ano passado, foi elevado em 28,5%. Com a liminar, deixaria de ser recolhido R\$ 1,14 bilhão referente a 2015.

As teles se queixavam, ainda, de que a Condecine comia uma fatia significativa de seus ganhos — 25% em 2014, segundo o texto da liminar — e de que apenas 47% do valor recolhido havia sido efetivamente utilizado pela **Ancine**.

A ação das teles foi alvo de críticas de profissionais da indústria **Audiovisual**, que participaram de uma campanha na qual mostravam seus celulares com imagens de filmes e séries de TV. A polêmica é retratada em reportagem de capa do Segundo Caderno de hoje. A edição já estava fechada quando saiu a decisão de Lewandowski.

Empresas questionam pagamento de contribuição para fomento do setor Audiovisual

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, derrubou na noite de ontem a liminar do Sindicato Nacional das Empresas de Televisão e de Serviço Móvel de Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil) contra o recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da **Indústria Cinematográfica** Nacional (Condecine). A liminar havia sido obtida pelas teles na Justiça Federal no fim de janeiro. O imposto ajuda no